



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ  
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900  
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.063446/2025-72

### 1. OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços veterinários de castração animal, a serem executados em unidades móveis, incluindo serviços veterinários, exame laboratorial e insumos, com vistas ao atendimento dos 12 (doze) territórios de saúde do Estado do Piauí, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos A e B.

1.2. Com o intuito de garantir a atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, este Termo de Referência permite a realização de alterações e inclusões de itens em seu anexo A (mantendo a caracterização geral do objeto), em como a inclusão, exclusão ou atualização das localidades ou regiões contempladas no Anexo B. As versões atualizadas serão publicadas no portal oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como no sistema de Credenciamento da Saúde-CREDSUS, assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

### 2. DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO/VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. As especificações técnicas detalhadas dos serviços, os procedimentos a serem realizados, as quantidades estimadas e os valores de referência a serem contratados constam no Anexo A deste Termo de Referência.

2.2. A Administração poderá, no início de cada exercício financeiro, promover a atualização das estimativas de quantitativos, com o objetivo de adequar a contratação às necessidades reais da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, bem como assegurar a existência de créditos orçamentários suficientes para suportar as futuras contratações provenientes deste credenciamento.

2.3. A distribuição dos serviços observará o fluxo clínico dos atendimentos e será organizada de forma dinâmica e flexível pela SESAPI, com base em estudos técnicos, indicadores sanitários, demandas regionais e prioridades identificadas nos territórios de saúde. Essa metodologia tem por finalidade assegurar maior eficiência na execução do programa, otimizar a logística operacional, promover a equidade no atendimento entre os municípios e garantir a adequada alocação dos recursos públicos, compatibilizando a capacidade operacional das unidades móveis com as necessidades locais identificadas.

2.4. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí estima o valor global de até **R\$ 13.239.817,50 (treze milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**, a ser executado de forma não excludente, mediante pagamento proporcional à quantidade efetiva de serviços realizados, conforme valores unitários definidos no Anexo A, considerando as localidades e territórios indicados no Anexo B, com base na pesquisa de preços anexada aos autos do processo.

2.5. O pagamento será realizado exclusivamente com base nos serviços efetivamente prestados nas regiões/localidades designadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e

listadas no Anexo B, devidamente atestados pela fiscalização da SESAPI, considerando os procedimentos e os atendimentos realizados em conformidade com os critérios técnicos e normativos aplicáveis.

### **3. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), no âmbito de suas atribuições legais relacionadas à Vigilância em Saúde, identificou a necessidade de implementação e fortalecimento de ações estruturadas de controle populacional de cães e gatos como medida estratégica de prevenção de agravos à saúde humana.

3.2. A presença elevada de animais não castrados, especialmente em situação de vulnerabilidade, favorece o aumento de animais errantes, contribuindo para a disseminação de zoonoses de relevância epidemiológica, tais como raiva, leishmaniose visceral, leptospirose e toxoplasmose, além de elevar a ocorrência de acidentes por mordeduras e arranhaduras, com impacto direto na demanda por atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS).

3.3. O controle populacional de cães e gatos de rua ou pertencentes a famílias em condição socioeconômica limitada é um desafio de saúde pública e meio ambiente. A ausência de políticas estruturadas nessa área contribui para o aumento de zoonoses, para o agravamento de riscos sanitários, para incidentes envolvendo agressões e acidentes de trânsito e impactos ambientais. Estimativas da Organização Mundial da Saúde indicam que o número de animais em situação de vulnerabilidade no Brasil alcança cerca de 30 milhões, refletindo diretamente na realidade do Piauí. Esse cenário demanda ações efetivas e tecnicamente adequadas para impedir a reprodução descontrolada e mitigar agravos à saúde pública.

3.4. O Piauí, dados do sistema de informação SISRAIVA, possui população no ano de 2025 de 590.497 cães e 289.336 gatos. Desses, importante parcela vive fora dos domicílios, conhecidos como animais errantes, ou de rua, potencializando ainda mais a susceptibilidade em contrair doenças e aumentar a ameaça de adoecimento da população, justificando-se considerar de interesse público, adoção de intervenções, principalmente nesse público desconhecido quantitativamente de animais de rua, tanto para melhor controle dessas populações, como para reduzir o risco de adoecimento da população.

3.5. A nível do estado do Piauí, observa-se um cenário epidemiológico marcado pela persistência de agravos relevantes, especialmente aqueles relacionados às zoonoses e às doenças transmissíveis, conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Entre 2022 e 2025, destacam-se números expressivos de toxoplasmose, tanto na forma adquirida quanto congênita, com mais de 2 mil casos registrados no período, evidenciando importante circulação do agravo no território.

3.6. Tendo por base os dados acima, considerando o desconhecimento, mesmo que estimado, da parcela desses animais vivendo de forma errante nas ruas e sem qualquer controle pela população, com reprodução descontrolada e convivendo em ambientes insalubres, a SESAPI identificou a necessidade de intervir no problema, instituindo política pública voltada para o controle desses animais em situação de vulnerabilidade, a fim de reduzir a transmissão de doenças para população humana.

3.7. A ausência de políticas estruturadas e contínuas de castração contribui para a manutenção de condições sanitárias inadequadas, com contaminação ambiental, proliferação de vetores e sobrecarga dos serviços de saúde humana. Em consonância com estimativas da Organização Mundial da Saúde, que apontam cerca de 30 milhões de cães e gatos em situação de vulnerabilidade no Brasil, observa-se que a realidade estadual exige ações planejadas, de caráter preventivo e com cobertura territorial ampliada.

3.8. Esse contexto reforça a urgência de um programa estruturado de castração animal, com capacidade operacional adequada, cobertura territorial ampliada e modelo de atendimento compatível com as realidades municipais, especialmente onde inexistem estruturas físicas aptas a este tipo de serviço.

3.9. Considerando isso, a implementação de um programa estadual de castração animal exige uma estrutura especializada capaz de executar, de forma contínua e tecnicamente padronizada, serviços de consulta, triagem, exames laboratoriais, cirurgias. A SESAPI não dispõe atualmente de estrutura física, logística e de recursos humanos que permitam a realização desses procedimentos em escala e com a abrangência territorial necessária para atender os municípios de maior vulnerabilidade sanitária e ambiental.

3.10. A realização dos procedimentos de esterilização exige ambiente controlado, insumos adequados, equipamentos médico-veterinários, equipe profissional habilitada e garantia de biossegurança — requisitos que, pela sua complexidade, não podem ser supridos pelas unidades de saúde convencionais dos municípios, tampouco por estruturas improvisadas. As unidades móveis de castração representam a solução técnica mais adequada para alcançar localidades diversas e assegurar atendimento padronizado, com centro cirúrgico, laboratório, climatização, iluminação especializada e fluxo de procedimentos conforme normas sanitárias.

3.11. Além disso, a demanda envolve operação intensiva e capacidade diária de atendimento elevado, características que ultrapassam a estrutura operacional da Secretaria. A ausência de equipe veterinária própria, de veículos adaptados, de manutenção técnica e de serviços integrados de exames e materiais inviabiliza a execução direta, impondo a necessidade de contratação de prestadores com expertise comprovada.

3.12. A contratação, portanto, não apenas supre lacunas estruturais do Estado, como viabiliza a execução de uma política pública de impacto transversal, atendendo às áreas de saúde, meio ambiente, vigilância sanitária. A terceirização do serviço por meio de unidades móveis equipadas permite que a SESAPI amplie sua capacidade de resposta, alcance municípios de forma planejada, padronize procedimentos, mitigue riscos sanitários e assegure a continuidade e a integralidade das ações previstas no programa.

#### 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento será adotado em razão do Contratante dispor da maior rede possível de prestadores, através de procedimento de seleção, tendo em vista que serão selecionados aqueles que preencham os requisitos previamente definidos no instrumento convocatório, o que não se confunde com um procedimento seletivo concorrencial, já que não há limites para o número de selecionados, sendo que o atendimento às exigências contidas no instrumento de credenciamento, proporciona igualdade de condições a todos que participem do procedimento.

4.2. O presente credenciamento será operacionalizado através de contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos art. 74, IV e art. 79, I da lei nº 14.133/2021.

4.3. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

4.4. A partir desta definição legal observa-se que o uso do credenciamento não se restringe à contratação de prestadores de serviços, pois é também seu objetivo a contratação de fornecedores de bens. Dessa forma, a nova legislação ampliou o alcance do uso do procedimento.

4.5. No que se refere ao critério de seleção será adotado o previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, contratação paralela e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

4.6. Dessa forma, a SESAPI poderá ampliar a base de prestadores elegíveis, aumentando as chances de encontrar empresas ou profissionais dispostos a fornecer os serviços demandados, mitigando riscos associados à dependência excessiva de um único

prestador. Além disso, o credenciamento oferece a vantagem de permitir que os credenciados sejam acionados de acordo com a necessidade e demanda, evitando atrasos e prejuízos à população atendida e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos na área da saúde.

4.7. O caráter indivisível do serviço exige que cada empresa habilitada execute a totalidade das etapas (consulta, procedimentos, operação e serviços de saúde correlatos), evitando fragmentações que comprometam a integralidade da assistência. Contudo, a divisão territorial e o volume da demanda justificam a possibilidade de credenciar diversas empresas, de modo a garantir cobertura ampla, descentralizada e contínua, mitigando riscos de desassistência e descontinuidade, além de contribuir para a redução de desigualdades regionais no acesso ao procedimento de castração de cães e gatos.

4.8. Essa solução permite:

- a) Atendimento regionalizado, compatível com a estrutura dos 12 territórios de saúde, facilitando o acesso das comunidades mais distantes e vulneráveis.
- b) Mitigação de riscos operacionais, evitando a dependência exclusiva de um único prestador, especialmente diante da alta demanda e da necessidade de continuidade do serviço.
- c) Flexibilidade e eficiência, permitindo acionar diferentes credenciados conforme a necessidade de cada território, otimizando a gestão de recursos públicos e reduzindo custos administrativos.
- d) Equidade e integralidade da assistência, alinhadas às diretrizes constitucionais (art. 196 da CF/88) e legais (Lei nº 9.263/1996 – planejamento familiar).

4.9. A contratação de um único prestador para a execução dos serviços de castração animal não atenderia plenamente ao interesse público, por limitar a capacidade de resposta do Estado diante da demanda distribuída nos territórios de saúde, podendo comprometer a efetividade das ações de Vigilância em Saúde, especialmente no controle de zoonoses e na prevenção de agravos à saúde humana. A centralização da execução tende a gerar gargalos operacionais e riscos de descontinuidade, com potencial aumento da exposição da população a doenças transmitidas por animais, elevação de acidentes e impacto na demanda por atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), razão pela qual se mostra mais adequada a adoção de modelo que assegure maior cobertura territorial, continuidade e eficiência na prestação dos serviços.

4.10. Dessa forma, a adoção do modelo de credenciamento com múltiplos fornecedores, em regime de contratação paralela e não excludente, proporciona maior flexibilidade, eficiência e segurança, assegurando a continuidade da oferta do serviço em caráter itinerante, evitando interrupções e garantindo maior capilaridade na cobertura populacional de cães e gatos.

4.11. Cabe ressaltar que será observado o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o que estabelecem os artigos 6º, L; 71, parágrafo 4º; e 174, parágrafo 2º, III. Estes dispositivos definem os procedimentos, critérios e objetivos que orientarão a condução do processo de credenciamento.

4.12. Considerando ainda que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da Constituição Federal de 1988 – CF/88), o Estado deve, de fato, tomar providências para garantir que esse direito seja efetivado para todos aqueles que precisarem de atendimento na rede pública de saúde.

4.13. Nesse sentido, a disposição do credenciamento dentre um dos Procedimentos Auxiliares disposto no regime ordinário de licitação e contratação pública na lei nº 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos voltados, não só em conferir eficiência, como também a

racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração Pública, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

4.14. Ante o exposto, considerando o objeto a ser contratado, o modelo de contratação pública baseada em credenciamento se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e oportuna para os interesses da Administração.

## **5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CREDSUS**

5.1. Para a operacionalização do Credenciamento, será utilizado o sistema CREDSUS, uma solução tecnológica que proporciona legalidade, celeridade, impessoalidade, efetividade, eficiência, eficácia e economicidade às compras/contratações públicas.

5.2. As Contratadas receberão login e senha pessoais e intransferíveis para o uso do CREDSUS, podendo criar novos usuários para a operacionalização do sistema, ficando sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos realizados pelos usuários.

5.3. A Secretaria de Estado da Saúde publicará a relação para serem adquiridos no CREDSUS, em conformidade com o Edital, e todas as empresas Contratadas serão automaticamente notificadas pelo sistema, podendo ocorrer o envio automático de e-mails e mensagens por aplicativos de mensagens nos endereços cadastrados pelas Contratadas, sendo de responsabilidade destas a manutenção de suas respectivas contas nos servidores de e-mail e aplicativos de mensagens.

5.4. As Contratadas deverão ofertar suas propostas diretamente no sistema CREDSUS, informando o quantitativo ofertado para o serviço e aderindo ao preço estabelecido e padronizado no Edital.

5.5. A quantidade ofertada dos itens que compõem o serviço deve observar o quantitativo mínimo e máximo demandado em cada cotação.

5.6. De acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, o prazo de registro das ofertas será informado em cada cotação, período no qual as Contratadas cadastrarão e enviarão suas ofertas no CREDSUS, sob sua exclusiva responsabilidade.

5.7. As Contratadas deverão fornecer os serviços descritos no Anexo A deste Termo de Referência, quando convocadas a fazê-lo, considerando que os quantitativos previstos são estimados e serão alocados de acordo com a demanda, não sendo possível antecipar qual empresa será selecionada.

5.8. Por se tratar de Credenciamento na modalidade paralela e não excludente (art.79, I da Lei nº 14.133/2021), o sistema CREDSUS irá utilizar os seguintes critérios objetivos para a seleção e direcionamento de demanda:

5.8.1. 1º Maior capacidade de oferta, de acordo com o quantitativo global ofertado por cada empresa em suas propostas;

5.8.2. 2º Menor volume de serviços realizados para a SESAPI, durante a vigência do mesmo Credenciamento;

5.8.3. 3º Ordem cronológica de credenciamento, aferida pela data e hora de recebimento da documentação, desde que ela esteja conforme.

5.9. Após o processamento da cotação, o CREDSUS emitirá automaticamente os contratos para aqueles que forem credenciados.

5.10. As Contratadas exercerão o direito de preferência no momento da emissão da Ordem de Serviço, quando o CREDSUS irá identificar os critérios de alocação da demanda, de acordo com os itens 5.8.1. a 5.8.3., e elaborar as Ordens de Serviços para os itens demandados em cada contratação.

5.11. A Contratada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato/Termo de Credenciamento, contado a partir do momento da assinatura do Secretário

## **6. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

6.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente processo.

6.2. A vedação justifica-se pela natureza do objeto, que envolve a prestação de serviços técnicos especializados na área veterinária, com execução contínua, padronizada e submetida a rigorosos protocolos de biossegurança, exigindo responsabilidade técnica direta, integral e individualizada por parte da contratada.

6.3. Considerando que os serviços serão executados por meio de unidades móveis, em regime itinerante e com atuação nos diversos territórios de saúde do Estado, a presença de múltiplas empresas consorciadas poderia comprometer a padronização dos procedimentos, a rastreabilidade das ações, a clareza na atribuição de responsabilidades e a efetividade da fiscalização contratual.

6.4. Ademais, a execução do objeto demanda controle rigoroso sobre a qualidade dos serviços prestados, a observância das normas sanitárias e a adequada gestão das equipes e insumos, aspectos que exigem interlocução direta e centralizada com um único responsável contratual, especialmente em se tratando de ações voltadas à mitigação de riscos à saúde pública.

6.5. Assim, a vedação à participação de consórcios visa assegurar maior eficiência na execução contratual, segurança jurídica na gestão das obrigações e maior efetividade das ações de Vigilância em Saúde, em conformidade com o interesse público.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. SUSTENTABILIDADE**

7.1.1. Os serviços decorrentes deste credenciamento, no que couber, devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União ou versão mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações do credenciado e/ou no Edital ou em requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

7.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, quando couber, os requisitos no art. 11º da Lei nº 14.133/2021 que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável.

7.1.3. Durante a execução dos serviços veterinários de castração animal, a Contratada deverá adotar práticas sustentáveis compatíveis com a natureza do objeto, com destaque para:

a) utilização racional de energia elétrica e de água nas unidades móveis e nos ambientes de atendimento;

b) gerenciamento adequado dos resíduos de serviços de saúde animal, observando integralmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas sanitárias aplicáveis, incluindo segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos comuns, infectantes e perfurocortantes;

c) estímulo à coleta seletiva dos resíduos comuns gerados durante a operação, evitando a mistura de recicláveis com resíduos orgânicos ou contaminados;

d) utilização de veículos e unidades móveis em condições adequadas de manutenção, atendendo às normas ambientais vigentes relativas à emissão de poluentes e à segurança operacional.

7.1.4. O descumprimento reiterado das práticas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 7.2. DO ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

7.2.1. Em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a Contratada compromete-se a tratar de forma **lícita, adequada, transparente e restrita à finalidade do objeto** todos os dados pessoais eventualmente coletados durante a execução contratual, incluindo dados de tutores, responsáveis legais, profissionais envolvidos dos municípios e informações vinculadas aos atendimentos veterinários.

7.2.2. É vedada a utilização ou o compartilhamento de dados pessoais para finalidade diversa da execução deste Termo de Referência, salvo por determinação legal ou ordem judicial.

7.2.3. A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou divulgação indevida.

7.2.4. Qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados deverá ser comunicado à SESAPI no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, com a indicação das medidas corretivas adotadas, nos termos do art. 48 da LGPD.

7.2.5. As partes respondem administrativa, civil e penalmente por eventuais danos decorrentes do tratamento inadequado de dados pessoais, na forma da legislação vigente.

## 7.3. REQUISITOS MÍNIMOS DAS UNIDADES MÓVEIS

7.4. As unidades móveis de castração animal deverão ser tecnicamente equipadas e organizadas, de modo a permitir a execução integral dos serviços contratados, devendo dispor, no mínimo, de:

- a) sala ou área destinada à triagem clínica e avaliação pré-operatória;
- b) centro cirúrgico veterinário, com condições adequadas para a realização simultânea de até 03 (três) procedimentos, respeitados os limites de segurança e capacidade da unidade;
- c) laboratório clínico ou área equipada para realização de exames laboratoriais de triagem, quando indicados, incluindo, no mínimo, exames compatíveis com a avaliação pré-operatória, sendo estes exames de hemograma, ALT e creatinina;
- d) sala ou área destinada à recuperação e observação pós-operatória;
- e) sistema de climatização eficiente, iluminação técnica adequada e ventilação compatível com procedimentos cirúrgicos;
- f) pisos antiderrapantes, superfícies laváveis e resistentes, compatíveis com os processos de assepsia e desinfecção;
- g) sistema de informação ou registros organizados para controle dos atendimentos, agendamento e armazenamento das informações clínicas de prontuários por até 180 (cento e oitenta) dias, assegurada a rastreabilidade dos procedimentos pelo prazo mínimo definido pela SESAPI.

## 7.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.5.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratado, desde que restrita a parcelas acessórias ou complementares da execução, não abrangendo as atividades essenciais e diretamente relacionadas ao objeto principal, especialmente aquelas de natureza técnica especializada.

7.5.2. A subcontratação dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, devendo a contratada comprovar a qualificação técnica e a regularidade jurídica e fiscal da subcontratada, nos termos da legislação vigente.

7.5.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto contratual, inclusive quanto às obrigações assumidas pela subcontratada, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a subcontratada.

7.5.4. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a transferência de responsabilidades que comprometam a qualidade, a segurança dos serviços e o cumprimento dos protocolos sanitários aplicáveis, especialmente aqueles relacionados à mitigação de riscos à saúde pública.

## **7.6. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

7.6.1. A participação de cooperativas no presente procedimento fica vedada, em razão da natureza do objeto, que envolve a prestação de serviços técnicos especializados, com execução contínua, padronizada e submetida a rigorosos protocolos sanitários e de biossegurança, diretamente relacionados à mitigação de riscos à saúde pública. A execução demanda atuação coordenada de equipes técnicas, supervisão contínua e responsabilidade técnica formalmente atribuída, exigindo estrutura organizacional com comando centralizado e controle direto da execução.

7.6.2. Nesse contexto, a participação de cooperativas mostra-se incompatível com as exigências do objeto, podendo caracterizar intermediação de mão de obra em situações que demandam subordinação técnica e operacional, em desconformidade com a Lei nº 12.690/2012. A vedação alinha-se, ainda, ao entendimento dos órgãos de controle, ao assegurar a qualidade dos serviços, a rastreabilidade das ações e a efetividade das atividades de Vigilância em Saúde, em conformidade com o interesse público.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto dar-se-á por meio da prestação de serviços veterinários de castração animal, realizados em unidades móveis devidamente equipadas, compreendendo consulta, exames laboratoriais, procedimentos cirúrgicos e fornecimento de insumos necessários, em regime de mutirão e de forma itinerante, sob responsabilidade das empresas credenciadas.

8.2. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, planejada e padronizada, conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, observadas as demandas regionais e as especificidades dos territórios de saúde, de modo a assegurar a adequada cobertura assistencial e a eficiência na prestação dos serviços.

8.3. A execução dos serviços será iniciada mediante a emissão de Ordem de Serviço pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), vinculada à respectiva Nota de Empenho, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

8.4. Previamente ao início da execução, a contratada deverá apresentar cronograma detalhado de execução, elaborado com base nos dados das populações de animais a serem disponibilizados pelas coordenações do programa de castração nos municípios, contemplando, no mínimo: escala de profissionais, planejamento logístico da unidade móvel e comprovação da disponibilidade de insumos necessários à prestação dos serviços.

8.5. A Ordem de Serviço deverá indicar, no mínimo, o território de saúde abrangido, o local de atendimento na região contemplada, conforme disposto no Anexo B deste Termo de Referência, bem como a descrição do escopo contratado, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento.

### **8.6. Das Unidades Móveis**

8.6.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer em unidades móveis de castração animal tecnicamente equipadas e operadas por profissionais habilitados, garantindo condições

adequadas de biossegurança, padronização dos procedimentos e rastreabilidade das informações. As unidades deverão possuir, no mínimo: sala de triagem e pré-operatório, centro cirúrgico com capacidade para até três procedimentos simultâneos, laboratório clínico equipado para exames de hemograma, climatização eficiente, iluminação técnica adequada, acesso seguro com pisos antiderrapantes e sistema de informação integrado para registro de dados, agendamento e armazenamento de prontuários por até 180 dias.

8.6.2. A capacidade operacional diária, a realização de exames laboratoriais de triagem e a organização dos fluxos de atendimento deverão ser compatíveis com a estrutura disponibilizada e com a segurança dos procedimentos, não podendo comprometer a qualidade, a biossegurança e o bem-estar animal.

8.6.3. O desempenho das Unidades Móveis deverão atender, no mínimo:

- a) capacidade operacional diária de até 100 (cem) procedimentos de castração por unidade móvel, considerada a soma de atendimentos realizados ao longo do período diário de funcionamento;
- b) organização dos atendimentos de forma a assegurar tempo adequado para as etapas de triagem e procedimento cirúrgico, sem prejuízo da segurança, da qualidade técnica dos procedimentos e do cumprimento dos protocolos de biossegurança, visando à mitigação de riscos sanitários e à proteção da saúde pública;
- c) disponibilidade contínua de equipe técnica habilitada, equipamentos, insumos e materiais necessários à execução dos serviços, em quantidade e qualidade compatíveis com a demanda atendida;
- d) realização de manutenção preventiva e corretiva das unidades móveis e de seus equipamentos, garantindo condições adequadas de funcionamento e segurança operacional;
- e) adoção de procedimentos adequados de gestão e destinação de resíduos comuns e infectantes, em conformidade com a legislação sanitária aplicável;
- f) operação contínua das unidades móveis em conformidade com as normas e regulamentos da ANVISA, do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) e do CONTRAN, assegurando segurança, eficiência e regularidade na execução dos serviços.

8.6.4. A capacidade diária deverá ser ajustada conforme as condições locais, o porte da unidade móvel e as diretrizes estabelecidas pela SESAPI, não sendo admitida a realização de atendimentos em quantidade que comprometa a qualidade, a biossegurança ou a integridade dos procedimentos.

## **8.7. Atendimento Clínico e Triagem dos Animais**

8.7.1. A Contratada deverá realizar consulta clínica veterinária e triagem pré-operatória, com o objetivo de avaliar as condições sanitárias e epidemiológicas dos animais indicados para o procedimento, observando critérios técnicos e protocolos de biossegurança, de modo a mitigar riscos de transmissão de zoonoses e proteger a saúde pública.

8.7.2. A seleção e o encaminhamento dos animais ocorrerão conforme organização local definida pela SESAPI, em articulação com os Municípios, podendo envolver cadastro prévio, agendamento ou atendimento por ordem de chegada, conforme a dinâmica do mutirão.

8.7.3. A execução dos procedimentos ficará condicionada à avaliação clínica favorável, cabendo à equipe veterinária a decisão técnica quanto à aptidão do animal para a castração.

## **8.8. Procedimentos Cirúrgicos**

8.8.1. Os procedimentos cirúrgicos de esterilização (castração) deverão ser realizados em unidades móveis de castração animal, tecnicamente equipadas, observando protocolos

clínicos adequados à espécie, ao sexo e às condições individuais do animal.

8.8.2. Os procedimentos cirúrgicos deverão adotar, sempre que tecnicamente indicado, o uso de fios absorvíveis, com o objetivo de eliminar a necessidade de retirada posterior de pontos, especialmente considerando que parcela significativa dos animais atendidos poderá estar em situação de rua ou sob guarda temporária, o que dificulta o acompanhamento pós-operatório presencial. Tal exigência visa assegurar maior efetividade clínica, redução de complicações, otimização do cuidado e maior aderência às condições reais de manejo populacional.

8.8.3. A equipe deverá ser composta exclusivamente por profissionais registrados no CRMV, observando protocolos clínicos, boas práticas sanitárias e fluxos que evitem contaminação cruzada.

8.8.4. As medicações necessárias à realização dos procedimentos deverão ser fornecidas e administradas pela equipe responsável, em conformidade com os protocolos clínico-veterinários e as boas práticas de anestesia, analgesia e antibioticoprofilaxia. Os medicamentos utilizados deverão possuir registro nos órgãos competentes, estar dentro do prazo de validade e ser devidamente registrados no prontuário do animal, assegurando rastreabilidade e adequada supervisão técnica dos procedimentos realizados.

## **8.9. Da Gestão do Serviço, Cronograma e Desempenho**

### **8.9.1. Cronograma de Execução**

8.9.1.1. O cronograma de execução dos mutirões deverá ser elaborado pela Contratada, em regime itinerante, com definição de datas, locais e capacidade de atendimento, submetido previamente à aprovação da SESAPI.

8.9.1.2. Compete à SESAPI articular com os gestores municipais, apoiar a divulgação institucional e acompanhar a execução dos atendimentos nos territórios de saúde.

### **8.9.2. Relatórios de Execução e Desempenho**

8.9.2.1. A Contratada deverá apresentar, periodicamente, relatórios de execução contendo, no mínimo:

- a) número de atendimentos realizados, discriminados por espécie e sexo;
- b) procedimentos cirúrgicos executados;
- c) intercorrências registradas, quando houver;
- d) informações necessárias ao controle, monitoramento e fiscalização da execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, comprovação por meio de registros fotográficos, relatórios operacionais e demais evidências que atestem a realização dos procedimentos, bem como a correta identificação e recebimento dos chips nos animais atendidos.

## **8.10. Rastreabilidade e registros**

8.10.1. A Contratada deverá assegurar a rastreabilidade dos atendimentos, mediante registro individualizado das informações clínicas essenciais, contendo dados do animal, procedimento realizado, profissional responsável e data da execução.

8.10.2. Os prontuários e registros clínicos deverão ser mantidos em meio físico e/ou digital, de forma organizada, íntegra e acessível, garantindo sua guarda e disponibilidade pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da realização do procedimento, para fins de acompanhamento, fiscalização, auditoria e eventual apuração administrativa.

8.10.3. Os sistemas ou métodos de registro adotados deverão assegurar a confidencialidade das informações, a integridade dos dados e a possibilidade de acesso pela fiscalização da SESAPI sempre que solicitado.

## **8.11. Do Plano de Biossegurança, Gerenciamento de Resíduos e Qualidade dos**

## Serviços

8.11.1. A Contratada deverá manter Plano de Biossegurança, contemplando procedimentos de assepsia, esterilização, prevenção de contaminação cruzada e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, observando integralmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis.

8.11.2. A Contratada deverá assegurar, ainda:

- a) manutenção preventiva e corretiva regular das unidades móveis, equipamentos e instrumentos utilizados;
- b) garantia de insumos, medicamentos e materiais médico-veterinários em quantidade e qualidade compatíveis com os procedimentos realizados;
- c) gestão adequada dos resíduos de serviços de saúde, incluindo resíduos comuns e infectantes, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis;
- d) operação contínua das unidades móveis, observando as normas da ANVISA, do Sistema CFMV/CRMV e do CONTRAN, quando aplicáveis.

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta da fonte de recursos 500/600/659.

## 10. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de credenciamento, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica.

### 10.2. Habilitação Jurídica

10.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.6. Os documentos previstos nos subitens 10.2.1 a 10.2.5 , conforme o enquadramento societário da proponente, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 10.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;

10.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

10.3.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### 10.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

10.4.2. Certidão negativa de falência pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

### 10.5. **Qualificação Técnica**

10.6. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a Contratada possui aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, envolvendo, no mínimo, a execução de serviços veterinários clínicos e/ou cirúrgicos, preferencialmente relacionados a procedimentos de esterilização animal, atendimentos em regime de mutirão, serviços itinerantes ou atividades de complexidade semelhante.

10.7. Será admitida a comprovação de experiência por meio de atestados que demonstrem a execução de serviços equivalentes, não sendo exigida identidade absoluta com o objeto.

10.8. A Contratada deverá apresentar comprovação de vínculo formal (contratual, societário ou empregatício) com um ou mais médicos-veterinários legalmente habilitados, que atuarão como Responsáveis Técnicos pelos serviços, conforme a organização das frentes de trabalho e da operação itinerante, atendendo aos seguintes requisitos:

a) registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);

b) designação formal de responsabilidade técnica, indicando os profissional (is) responsável (is) pela supervisão, execução e conformidade técnico-sanitária dos serviços veterinários prestados;

10.9. A Contratada deverá possuir comprovação de que a empresa encontra-se regularmente registrada no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente, nos termos da legislação aplicável.

10.10. A Contratada deverá comprovar que dispõe, ou que disporá quando da execução do serviço, de equipe técnica compatível com a execução do objeto, composta por profissionais legalmente habilitados e registrados no CRMV, em quantitativo adequado à capacidade operacional da unidade móvel e ao regime de mutirão.

10.11. A comprovação poderá ser realizada por meio de declaração da Contratada, sem exigência de apresentação prévia de contratos individuais, ficando a efetiva disponibilidade da equipe sujeita à verificação durante a execução contratual.

10.12. A Contratada deverá apresentar declaração de que dispõe, ou que disponibilizará, unidade(s) móvel(is) de atendimento veterinário compatível(is) com a execução dos serviços, contendo estrutura mínima adequada ao fluxo dos procedimentos, compreendendo, de forma funcional: área destinada à triagem clínica e avaliação pré-operatória; ambiente apropriado para realização de procedimentos cirúrgicos de castração; condições adequadas de climatização, iluminação, higienização e biossegurança.

10.13. A descrição da infraestrutura deverá observar critérios funcionais, não sendo exigido marca, modelo ou configuração predeterminada.

10.14. A Contratada deverá apresentar declaração de atendimento às normas sanitárias e profissionais aplicáveis, comprometendo-se a executar os serviços em conformidade com as exigências da ANVISA e CONTRAN (quando aplicável), do Sistema CFMV/CRMV e demais normas pertinentes à prestação de serviços veterinários e à operação de unidades móveis.

10.15. Não será exigida apresentação de registro de produto na ANVISA, por não se tratar de fornecimento de produtos sujeitos a registro, cabendo à Contratada assegurar que os insumos e materiais utilizados atendam à legislação sanitária vigente.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos e demais normas aplicáveis à prestação de serviços especializados.

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de castração animal, realizados em regime de mutirão e de forma itinerante, por meio de servidor(es) ou comissão formalmente designada, registrando em instrumento próprio eventuais falhas, irregularidades ou intercorrências verificadas, com indicação de data, local, unidade móvel e demais informações pertinentes, para adoção das providências cabíveis.

11.3. Comunicar ao Contratado quaisquer irregularidades, não conformidades ou descumprimentos verificados durante a execução dos serviços clínicos, cirúrgicos, laboratoriais e operacionais.

11.4. Notificar formalmente o Contratado sobre quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, fixando prazo para correção e analisando as soluções apresentadas, de modo a garantir a plena adequação às exigências deste instrumento e às normas de vigilância sanitária.

11.5. Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente prestados, devidamente executados e atestados pela fiscalização, conforme os critérios, valores, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

11.6. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e deste Termo de Referência, em caso de descumprimento das condições estabelecidas, especialmente quanto à regularidade da execução dos mutirões, à manutenção da equipe técnica habilitada, ao atendimento dos padrões mínimos de desempenho e à qualidade dos serviços prestados.

11.7. Atestar o recebimento e a conformidade dos serviços realizados, verificando se estão de acordo com as especificações técnicas exigidas, podendo rejeitar, mediante justificativa formal, os serviços que não atendam aos parâmetros estabelecidos.

11.8. Analisar e decidir sobre todas as solicitações, comunicações e reclamações apresentadas pelo Contratado, ressalvadas aquelas manifestamente impertinentes, meramente protelatórias ou que não guardem relação com a boa execução dos serviços.

11.9. Realizar as retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação vigente, sobre os valores das notas fiscais/faturas emitidas pelo Contratado, quando aplicável.

11.10. Promover avaliações periódicas da qualidade e do desempenho dos serviços prestados, com base nos critérios definidos neste Termo de Referência, visando ao monitoramento contínuo, à melhoria dos serviços e à verificação da aderência às condições pactuadas.

11.11. Isentar-se de responsabilidade por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que relacionados à execução dos serviços contratados, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de ações, omissões ou condutas do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços de castração animal em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, utilizando infraestrutura, equipamentos, instrumentais, insumos e tecnologia adequados, observando as normas sanitárias, técnicas e profissionais aplicáveis à medicina veterinária.

12.2. Disponibilizar equipe técnica habilitada, composta por profissionais legalmente registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), em quantitativo compatível com a capacidade operacional da unidade móvel e com o regime de mutirão, assegurando que todos possuam qualificação técnica adequada para a execução dos serviços clínicos e cirúrgicos.

12.3. Assumir integral responsabilidade técnica, civil, administrativa e operacional pela execução dos serviços, respondendo por danos causados ao Contratante, a terceiros, aos animais atendidos ou a seus responsáveis, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Executar os serviços nos prazos e locais definidos pela SESAPI, observando o cronograma itinerante aprovado, garantindo regularidade, continuidade e capacidade de atendimento compatível com o regime de mutirão, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Garantir a adequada execução dos serviços, observando os prazos e cuidados recomendados pelas normas e boas práticas da medicina veterinária.

12.6. Apresentar à SESAPI, sempre que solicitado, planos, cronogramas e informações operacionais, incluindo plano de execução, biossegurança, logística das unidades móveis, fluxos de atendimento, estrutura de apoio e equipe técnica responsável, para fins de aprovação, acompanhamento e fiscalização.

12.7. Executar os serviços com base em protocolos técnicos adequados, compatíveis com a medicina veterinária, observando as normas do Sistema CFMV/CRMV, da ANVISA e demais disposições sanitárias aplicáveis, assegurando a segurança e a qualidade dos procedimentos, bem como o cumprimento dos protocolos de biossegurança voltados à mitigação de riscos sanitários e à proteção da saúde pública, além das normativas do CONTRAN referentes ao deslocamento das unidades móveis, quando aplicável.

12.8. Manter registros individualizados dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo, identificação do animal, procedimento executado, data, unidade móvel utilizada e profissional responsável, assegurando a rastreabilidade dos serviços e a guarda dos prontuários pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, disponibilizando-os à fiscalização da SESAPI sempre que solicitado.

12.9. Manter canal permanente de comunicação com o Contratante, por meio de telefone funcional, e-mail institucional e/ou sistema eletrônico, para atendimento de demandas,

esclarecimento de dúvidas, comunicação de intercorrências e resolução de situações emergenciais.

12.10. Responsabilizar-se integralmente pelo gerenciamento, manejo, transporte e destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados durante a execução dos serviços, incluindo resíduos comuns, infectantes e perfurocortantes, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018, normas ambientais e demais disposições legais vigentes, arcando com todos os custos correspondentes.

12.11. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de segurança do trabalho decorrentes da execução dos serviços, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não se estabelecendo qualquer vínculo ou responsabilidade do Contratante em relação aos empregados ou prepostos da Contratada.

12.12. Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal da execução ou pela autoridade competente, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.13. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade exigidas no Edital e neste Termo de Referência.

### **13. DA VISTORIA TÉCNICA**

13.1. Concluído o processo de credenciamento e antes da formalização do contrato com as instituições habilitadas, as unidades de atendimento dos serviços poderão ser objeto de visita técnica, a ser realizada por representantes da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, formalmente designados, com a finalidade de verificar as condições dos veículos, bem como comprovar a veracidade das informações prestadas pela instituição proponente.

13.2. A realização da vistoria técnica não constituirá requisito para a habilitação. Entretanto, eventual divergência entre as informações declaradas pela instituição proponente e aquelas constatadas no relatório da vistoria poderá acarretar a suspensão dos procedimentos relativos à formalização do contrato com a SESAPI, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

### **14. DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. Os serviços de castração de cães e gatos serão prestados nas regiões/localidades descritas no Anexo B deste Termo de Referência, abrangendo os 12 (doze) territórios de saúde do Estado do Piauí, conforme planejamento definido pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI.

14.2. A execução do objeto ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço, observando o cronograma itinerante aprovado pela SESAPI, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a Contratada disponibilizar unidade móvel devidamente equipada, equipe habilitada e todos os recursos necessários à prestação integral dos serviços.

14.3. A SESAPI poderá rejeitar total ou parcialmente os serviços nos casos de descumprimento de prazos, falhas na execução dos procedimentos, ausência de registros obrigatórios, desconformidade com normas de biossegurança, inadequação da infraestrutura da unidade móvel ou irregularidades no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

#### **14.4. Condições para Aceitação dos Serviços**

14.4.1. A aceitação provisória e definitiva dos serviços ficará condicionada à comprovação de que a execução ocorreu em plena conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

a) Modelo de execução do objeto, incluindo triagem clínica dos animais, realização de exame laboratorial e procedimentos cirúrgicos, e registro das informações;

b) Gestão do serviço, cronograma e desempenho, observando a execução em regime de mutirão, a capacidade operacional da unidade móvel e a cobertura

territorial definida;

c) Estrutura física e logística mínima, abrangendo condições adequadas de biossegurança, funcionamento da unidade móvel, equipamentos, insumos e descarte correto de resíduos;

d) Plano de Biossegurança, com observância às normas sanitárias e ambientais aplicáveis à medicina veterinária.

14.4.2. A aceitação dos serviços será realizada mediante inspeção, verificação, análise dos relatórios e registros apresentados, com o objetivo de assegurar a qualidade, a segurança, a regularidade e a rastreabilidade das ações executadas.

#### 14.5. **Fiscalização e Critérios de Verificação**

14.5.1. O Fiscal do Contrato ou comissão designada pela SESAPI acompanhará e verificará a execução dos serviços com base, entre outros, nos seguintes critérios:

##### 14.5.1.1. **Entrega dos Serviços**

a) Registro individualizado de cada procedimento realizado, contendo, no mínimo: identificação do animal, espécie, sexo, procedimento executado, data, unidade móvel utilizada e identificação do profissional veterinário responsável;

b) Manutenção e guarda dos prontuários e registros pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, com disponibilização à fiscalização sempre que solicitado;

c) Apresentação de relatórios periódicos de produção, quando exigidos, contendo quantitativos de procedimentos realizados e informações operacionais relevantes.

##### 14.5.1.2. **Critérios de Aceitação Técnica**

a) Conformidade com os protocolos técnicos e boas práticas da medicina veterinária;

b) Observância integral às normas de biossegurança, incluindo assepsia, esterilização e controle de infecção;

c) Atendimento às normas do Sistema CFMV/CRMV, da ANVISA e demais legislações sanitárias aplicáveis;

d) Funcionamento adequado da unidade móvel, com infraestrutura compatível com os serviços executados;

e) Clareza, consistência e completude dos registros técnicos e relatórios apresentados;

f) Atuação de profissionais veterinários com registro ativo no CRMV.

##### 14.5.1.3. **Critérios de Aceitação Administrativa**

a) Entrega dos relatórios de execução e produção, quando exigidos;

b) Comprovação do cumprimento dos cronogramas e locais definidos pela SESAPI;

c) Apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhada dos documentos comprobatórios da execução dos serviços.

##### 14.5.1.4. **Recebimento dos Serviços**

14.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contado da comunicação formal da conclusão das atividades, mediante verificação sumária, pela comissão de fiscalização instituída pela SESAPI ou por agente público designado, acompanhada da respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos termos dos arts. 7º, 117 e 140, II, “a”, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. Será admitido o recebimento provisório por agente público da SESAPI quando a comissão não puder atuar no momento da execução, sem prejuízo da verificação posterior.

14.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado elaborado pelo fiscal ou comissão designada, após a verificação da conformidade dos serviços com as especificações deste Termo de Referência, incluindo aspectos técnicos, operacionais, documentais e de biossegurança.

14.9. A SESAPI poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a Contratada proceder à imediata correção das irregularidades apontadas, no prazo estabelecido pela fiscalização.

14.10. Na hipótese de inexecução total ou parcial dos serviços, ou de execução em desconformidade com as condições pactuadas, a Administração poderá:

- a) rejeitar os serviços e determinar sua correção ou refazimento, sem ônus adicional;
- b) aplicar glosas proporcionais aos serviços não executados ou executados de forma inadequada;
- c) instaurar procedimento para aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato.

14.11. A fiscalização acompanhará a execução contratual, verificando o cumprimento das normas técnicas, éticas e dos protocolos de biossegurança, podendo determinar ajustes necessários à adequada execução do objeto.

14.12. O ateste para fins de pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo, condicionado à comprovação da plena execução dos serviços e à validação da conformidade técnica e documental.

14.13. Na hipótese de controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços, aplicar-se-á o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com liquidação e pagamento apenas da parcela incontroversa.

14.14. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela adequada execução dos serviços, nem a responsabilidade técnico-profissional pelos procedimentos realizados.

## **15. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) ou comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, ou outra que vier a substituí-la, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência ao Contratado.

15.2. O fiscal do Contrato ou a comissão de fiscais anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

15.3. A comissão de fiscais ou o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

15.4. Cabe ao Contratado atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer

exigências do Fiscal ou da Comissão inerentes ao objeto deste credenciamento, sem que disso decorra qualquer ônus extra para o Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade do Contratado, que é total e irrestrita em relação à execução do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução contrato.

15.5. A atividade de fiscalização não resultará, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

## **16. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

16.1. O prazo de vigência da contratação constará na respectiva cotação efetuada no sistema CRED SUS, contado sempre da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e artigo 106, caput da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a prorrogação nos termos do artigo 107 da referida lei.

16.2. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional do Contratado poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão.

16.3. A Contratada deverá comunicar ao Contratante, de forma fundamentada e em tempo hábil, qualquer razão que a impeça de assumir as obrigações decorrentes do contrato.

## **17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

17.1. Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Termo de Referência.

17.2. A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139.

## **18. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

18.1. O Credenciamento estará vigente, até a disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente ou enquanto perdurar as etapas de execução.

18.2. Enquanto estiver vigente o Credenciamento, fica permitido o Credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

18.3. A revogação deste Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

## **19. DO DESCREDENCIAMENTO**

19.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Contratado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

19.2. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Federal 8.080/90, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato.

19.3. Também são situações passíveis de descredenciamento, assegurado o o contraditório e a ampla defesa:

a) Não atendimento à convocação para os serviços;

b) Descumprimento do prazo de assinatura do contrato estabelecido neste instrumento.

19.4. A empresa descredenciada estará impossibilitada de contratualizar com a SESAPI através do presente Credenciamento pelo prazo de 6 (seis) meses em se tratando de primeiro descredenciamento, ou pelo prazo de 12 (doze) meses em caso de reincidência, podendo, em qualquer das situações, ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

19.5. O Contratado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

19.6. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos contratados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

19.7. O Contratado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência e na Legislação pertinente ou no interesse do Contratado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

19.8. Se for conveniente para a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. O Contratado deverá encaminhar ao Contratante, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

20.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade.

20.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras.

20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.7. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação fiscal.

20.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.10. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.11. O pagamento será efetuado mensalmente e diretamente em conta bancária do Contratado, com base na prestação dos serviços, e apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal do contrato.

20.12. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva prestação dos serviços e da regularidade fiscal e trabalhista do Contratado.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O Contratado que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos e/ou nas prestações de serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

21.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto contratado e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento e/ou serviço.

21.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, o Contratado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

21.1.2.2. Na hipótese do contratado não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

21.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não atender às autorizações de serviços ou não entregar a documentação exigida para o credenciamento, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado sem motivo justificado.

21.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- b) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

21.1.5. É admitida a reabilitação do Contratado perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.2. Além das penalidades citadas, o contratado ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

21.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, o contratado, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.

21.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

(datado e assinado eletronicamente)

**Leila Marília da Silva Santos**

Superintendente - SUPAT/SESAPI

Aprovação do Termo de Referência

Após análise do Termo de Referência relativo ao Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços veterinários de castração animal, a serem executados em unidades móveis, incluindo serviços veterinários, exame laboratorial e insumos, com vistas ao atendimento dos 12 (doze) territórios de saúde do Estado do Piauí, conforme as especificações, quantidades, demandadas e condições estabelecidas neste instrumento, e ainda com amparo no Art. 79, inciso I da lei Federal nº 14.133/21 e demais artigos pertinentes,

**APROVO:**

(Assinado e datado eletronicamente)

**Dirceu Hamilton Cordeiro Campelo**

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **LEILA MARÍLIA DA SILVA SANTOS - Matr.03717038, Superintendente da Atenção a Saúde e Municípios**, em 24/03/2026, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO - Matr. 444900-2, Secretário de Estado da Saúde**, em 25/03/2026, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023135421** e o código CRC **C7525BAD**.

Referência: Processo nº 00012.063446/2025-72

SEI nº 0023135421